

Do lazer convencional a outras formas de diversão: entendimentos que conduzem o lazer na periferia de Belém (PA)¹

Flavio Henrique Souza Lobato

Juliana Azevedo Hamoy

Mirleide Chaar Bahia

Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém – Pará – Brasil.

GT11: Antropologia das práticas esportivas e de lazer

RESUMO

Historicamente, no contexto globalizado, capitalista e eurocêntrico, foram concebidos conceitos e práticas próprios de uma concepção hegemônica de lazer, a qual conformou entendimentos convencionais do que seria, de como deveria ser e em que espaços e tempos deveria ocorrer o lazer. Diante disso, este trabalho objetivou analisar as experiências e os entendimentos que conduzem o lazer de uma comunidade periférica de Belém (PA). Metodologicamente, a partir de uma abordagem qualitativa, foram empregadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Em um exercício do fazer etnográfico, foram realizadas conversas informais, observação participante, entrevistas semiestruturadas e anotações em caderno de campo. Entre os resultados, evidenciou-se que os moradores dessa periferia, frequentemente, associam o lazer a pelo menos cinco aspectos: 1) dinheiro; 2) tempo; 3) espaços; 4) práticas opostas ao trabalho; e 5) sentimentos, sensações ou emoções. No geral, essas e outras narrativas, em grande parte, fazem referência à lógica do lazer convencional, a qual chega numa comunidade periférica de Belém-Pará, denominada “Mata Fome”, por meio da mídia e das ações governamentais, que ditam o que é e o que não é, o que pode e o que não pode ser considerado lazer. Mais contemporaneamente, as redes sociais alimentam a vontade incessante por festas, viagens e cruzeiros marítimos para se desfrutar das experiências de lazer. Desse modo, muitas vezes guiados por essas visões totalizantes, os moradores da periferia de Belém – Pará não conseguem enxergar ou considerar as suas experiências cotidianas como uma forma de lazer. Com efeito, a compreensão, o desejo e a luta pelo direito ao lazer são, com frequência, circunscritos a determinadas formas legitimadas socioeconomicamente como lazer.

Palavras-chave: Lazer. Belém (PA). Periferia.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Este compreende um recorte da dissertação de mestrado do primeiro autor, intitulada: “Matando a fome de lazer ‘lá no meu setor’: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)”, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).

INTRODUÇÃO

Certa vez, em um ponto de ônibus, comentando rapidamente com uma moradora da comunidade sobre a minha pesquisa, a seu pedido, ao mencionar a palavra “lazer”, inesperadamente, recebi como resposta: - “Que lazer? Aqui não tem nada!” (Nota etnográfica).

O excerto ora apresentado, decorrente da incursão etnográfica na periferia da cidade de Belém (PA), desvela que, historicamente, foi atribuída uma concepção hegemônica ao lazer, a qual conformou compreensões convencionais do que seria, de como deveria ser, de onde e quando deveria ocorrer o lazer, bem como quem dele poderia ser beneficiário. Como resultado, no senso comum das mais diversificadas sociedades, enraizou-se entendimentos que ajudaram a definir quais os espaços/tempos seriam legítimos de se vivenciar essa necessidade humana (LOBATO, 2021). Como tela exemplar desse contexto, a pesquisa “Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas”, organizada por Stoppa e Isayama (2017), identificou que a viagem foi a prática de lazer mais almejada entre os participantes (BAHIA; BRITO, 2017).

No Brasil, a conformação desses entendimentos acompanha a história sobre a chegada dos portugueses às “terras *tupiniquins*”². Assim, a partir do final do século XV, as práticas desses imigrantes europeus foram impostas aos nativos e aos negros escravizados, criando um ideal de vida eurocêntrica que, ao ser cristalizado no decorrer dos últimos séculos, foi legitimado social, econômica e culturalmente como um exemplar civilizatório, logo, superior ao modo de vida nativo – considerado “primitivo”, “selvagem” e “atrasado”³ (NASCIMENTO, 2018). Com efeito, no processo de estruturação urbana das

² Segundo Barcellos (2009), o termo “*Tupiniquim*” advém do tronco linguístico Tupi-Guarani. O verbete *Tupin-i-ki*, nome Tupi, quer dizer “Tupi do lado” ou “vizinho lateral”. A literatura que se debruça sobre o tema afirma que os Tupiniquim integram a família Tupinambá, o povo indígena que estabeleceu os primeiros contatos com os portugueses quando chegaram ao território brasileiro.

³ Para Nascimento (2018, p. 1415), “[...] as identidades étnico-raciais, que se emergiram com o colonialismo, foram subalternizadas precisamente por terem sido performativamente instituídas como presas ao passado em relação ao conquistador europeu. Para justificar a violência colonial, foi preciso inventar o *Outro* como sendo o bárbaro, o primitivo, o selvagem e atrasado em relação à experiência moderna. Eram essas condições do *Outro* as próprias justificativas para a violência colonial implementada em forma de cristianização, civilização, desenvolvimento e progresso”.

idades brasileiras, o ideário de civilidade europeia foi materializado a partir da construção de praças, casarões, teatros, cinemas, jardins etc., bem como da importação de determinados costumes e comportamentos (BAHIA, 2012; DIAS, 2016; MATOS, 2010; PINHEIRO *et al.*, 2020; SANTOS, 2010). Esse contexto histórico foi vivenciado em várias cidades do Brasil e, por conseguinte, na cidade de Belém do Pará, situada na região norte do Brasil, onde a presente pesquisa foi realizada.

Entre o final do século XIX e início do século XX, essa capital amazônica passou por processos de produção da cidade em direção à modernidade. Tal reestruturação foi decorrente de movimentações financeiras oriundas do ciclo econômico da borracha, o qual contribuiu para a inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial. As transformações urbanas desse período conhecido como *Belle Époque*, porém, não se restringiram às modificações na paisagem da cidade, estenderam-se aos comportamentos da população (SARGES, 2010; ROCQUE, 1996). Desse modo, a cultura e o lazer próprios dessa cidade passaram a sofrer alterações e, muitas vezes, foram silenciados, negados, suprimidos e substituídos por lógicas dominantes.

Na atualidade, a dinâmica de um “lazer convencional” tem sido catalisada com o advento de processos como a globalização e as inovações tecnológicas, uma vez que o capital tem se utilizado dos meios de comunicação (e dominação), como a tevê e a *internet*, para reproduzir e reafirmar uma certa concepção hegemônica, seja por meio de padrões estéticos, seja a partir de padrões comportamentais (WERNECK; ISAYAMA, 2001). Nas novelas, nos comerciais e nos seriados, por exemplo, o lazer é normalmente associado a peças teatrais, concertos e espetáculos. Contemporaneamente, as mídias e redes sociais alimentam a vontade incessante por festas, viagens e cruzeiros para desfrutar de experiências de lazer “*instagramáveis*”⁴. Tais instrumentos, portanto, tentam

⁴ O termo “*instagramável*” se configura como um neologismo criado, contemporaneamente, para designar características estéticas e comportamentos de usuários das redes sociais, especialmente, o *Instagram*. Aquilo que é ou deixa de ser “*instagramável*” é decidido e legitimado pelos “produtores de conteúdo” ou “influenciadores digitais”. Dessa forma, são comportamentos, ambientes e estéticas construídos, intencionalmente, para serem registrados em fotos e em vídeos que demonstram o ideal de vida feliz. Para Salazar (2017, p. 13), “[...] o *instagramável* talvez esteja no limite entre uma cultura visual e um ‘estilo de vida’, já que suas tendências surgem a partir das referências visuais existentes, mas também pautam tendências e modas fora de seus mundos-mosaicos”.

construir uma visão pautada em modelos limitados de lazer e de cultura (LOBATO, 2021).

Diante disso, não raro, as populações da periferia não conseguem, por vezes, reconhecer o lazer em suas práticas e seus espaços cotidianos, como bem demonstra o discurso da moradora de uma comunidade periférica de Belém-PA, citado no início desta introdução. Desse modo, nota-se que a compreensão, o desejo e a luta pelo direito ao lazer são, com frequência, circunscritos a determinadas formas legitimadas social e economicamente como lazer. Ao considerar que muitos moradores de comunidades periféricas – mas nem todos – estão submersos nesses processos, reproduzindo e praticando discursos hegemônicos (consciente ou inconscientemente), este estudo objetivou analisar as experiências e os entendimentos que conduzem o lazer de uma comunidade periférica de Belém-PA.

QUANDO O “OUTRO” SOU “EU”: UM MERGULHO ETNOGRÁFICO EM MINHA REALIDADE

Os primeiros etnógrafos – os grandes narradores das histórias e das culturas ditas “primitivas” (MALINOWSKI, 2012) –, até os dias atuais, muito têm inspirado as novas gerações de pesquisadores e pesquisadoras. Eles, pois, se deslocavam por muitas milhas para se distanciar de qualquer símbolo familiar e, então, na névoa do desconhecido e das incertezas, tentar “[...] ler um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos” (GEERTZ, 2008, p. 20), isto é, interpretar a cultura de um povo. Com as transformações na vida social e nas formas de produção de conhecimento, o antropólogo, ao amanhecer, não mais se levanta de sua rede, “tira o pano” da pequena cabana onde está hospedado e depara-se com o lugar e a vida do “Outro”. Na atualidade, porém, este se levanta de sua confortável cama, desliga o ar-condicionado, abre a janela de seu apartamento e está de cara com o seu objeto de estudo: a vida urbana na cidade (MAGNANI, 2003). Aqui o “Outro” também é o “Eu”. Nesse contexto de “quando o Outro sou Eu”, as etnografias urbanas têm sido alvo de duras críticas entre os pesquisadores guiados pela tradição antropológica anglo-saxônica do estudo do “Outro”.

Nos estudos etnográficos urbanos, em que o pesquisador é parte integrante do grupo pesquisado (FERRO; GONÇALVES, 2018), segundo os críticos, este pode, facilmente, perder-se ou ser levado por sentimentos e relações pessoais, assim como por valores e opiniões individuais de seu “campo axiológico” (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), o que decerto trará implicações para a validade científica do estudo (CORDEIRO; BAPTISTA; COSTA, 2003). Todavia, diversos autores, como Simmel (1967) e Magnani (2002), assinalam que a cidade moderna, ao mesmo tempo em que criou as massas e as interações virtuais, concebeu indivíduos solitários, apáticos e indiferentes, anestesiados pelo que Simmel (1967) denominou de *atitude blasé*⁵. Em campo, tal atitude pode impedir que o pesquisador consiga notar e dar importância para questões, aparentemente, banalizadas no cotidiano.

De todo modo, quando o indivíduo é parte integrante da sociedade, vive e interage ativamente com a cidade, em vista disso, Magnani (2002) elenca alguns princípios para não cometer desvios etnográficos, quais sejam: manter certa distância na relação entre sujeito e objeto, colocar-se no lugar do “Outro”, dar voz ao “Outro”, vivenciar o tempo-espço social, realizar observação participante e produzir o texto etnográfico em coautoria com o “Outro”.

Na tentativa de seguir tais princípios, a incursão metodológica para possibilitar a realização desta investigação foi enviesada por uma abordagem qualitativa e de carácter descritivo, a partir de pesquisa bibliográfica. Ademais, foi realizada pesquisa de campo, fazendo uso de diferentes instrumentos de coleta de dados junto aos moradores da Comunidade Bom Jesus I, a saber: conversas informais; observação participante; diário de campo; e registros fotográficos.

Conjuntamente aos procedimentos metodológicos mencionados, este estudo foi conformado por uma abordagem etnográfica. Isto é, não foi objetivo realizar uma etnografia clássica, mas utilizar de seu fazer e de suas técnicas (PEIRANO, 2014) para compreender questões que outros métodos e/ou outras

⁵ Para Simmel, “[...] os mesmos fatores que culminaram na precisão e exatidão do modo de vida metropolitano e redundaram em uma estrutura impessoal, também influenciaram no desenvolvimento de um fenômeno psíquico que estaria incondicionalmente atrelado à metrópole: a atitude *blasé*. A atitude *blasé* seria o resultado dos estímulos que são impostos aos indivíduos devido às rápidas mudanças, mas também estaria ligada à intelectualidade metropolitana” (ANTUNES, 2014, p. 3).

técnicas não permitiriam desvendar – até mesmo porque me encontro em um momento de aprendizagem, de exercício do fazer antropológico, não possuindo o amadurecimento pessoal e científico que uma etnografia clássica demanda.

Dito isso, foi realizado um exercício etnográfico, o que alguns pesquisadores da antropologia intitulam de aproximação e/ou abordagem etnográfica, aqui denominada de mergulho etnográfico. A metáfora do “mergulho” é uma analogia aos banhos que os caboclo-ribeirinhos e alguns cidadãos amazônicos, como “Eu”, realizam em igarapés, rios e/ou baías para se refrescar ou para desfrutar de práticas de lazer. Portanto, busquei “mergulhar”, “me jogar de cabeça”, “submergir” na complexa dinâmica de minha comunidade, uma periferia na periferia amazônica.

Cumprasse assinalar que “Eu”, enquanto autor primeiro deste estudo, durante boa parte de minha vida frequentei diferentes espaços estigmatizados de lazer e de sociabilidade: corri e brinquei pelas “ruas de lama” da comunidade e proximidades, pulei, mergulhei e me diverti em banhos no Igarapé Mata Fome. Assim, o estudo foi efetivado a partir de um olhar literalmente “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002), em que, mais do que a visão de um pesquisador, a investigação contou com a vivência de um morador local. Esta condição, embora tenha sido vantajosa em alguns aspectos do fazer científico, em especial do fazer antropológico, trouxe alguns dos desafios – comuns aqueles que se propõem estudar as suas próprias cidades a partir da etnografia –, sendo um dos principais o de “estranhar o familiar” (VELHO, 1978).

Diante disso, convém pontuar que os dados obtidos nesta investigação, ou na linguagem antropológica: os “achados”, foram gerados a partir de um olhar crítico e reflexivo sobre os “imponderáveis da vida real” (MALINOWSKI, 1986, 2012). Nesse sentido, para além das “conversas espontâneas” (entre nativo e nativo, sem viés científico), das “conversas intencionais” (entre nativo e pesquisador, guiadas por viés científico) e das observações participantes mais recentes – registradas em notas no diário de campo –, os dados também surgiram por meio das vivências rememoradas em minhas lembranças, ou seja, a partir de uma “etnografia retrospectiva” (BEZERRA, 2015).

As descrições são igualmente resultantes das vivências e das memórias minhas e de outros moradores e moradoras da comunidade, as quais foram narradas em diferentes temporalidades e espacialidades na minha convivência.

Assim, a minha “experiência etnográfica” (CLIFFORD, 2002) foi igualmente importante para compreender e realizar uma “descrição densa” (GEERTZ, 2008) das formas, dos tempos, dos espaços, das relações e das culturalidades conformadas na Comunidade Bom Jesus I, especialmente em um período tão estranho e adverso para todas e todos.

ENTENDIMENTOS E EXPERIÊNCIAS QUE CONDUZEM O LAZER NA PERIFERIA DE BELÉM (PARÁ)

- *“Que lazer? Aqui não tem nada!”.*

Pensar nessa afirmação, vinda de não apenas uma moradora, mas também de vários participantes da pesquisa, permitiu refletir sobre o que estava por trás desse pensamento tão comum na comunidade, seja explícita ou implicitamente. Com o adensamento das leituras do Campo de Estudos do Lazer, porém, concluiu-se que: *“É, de fato, não há esse lazer ali”*. E quando se fala “esse lazer”, se faz alusão ao lazer considerado hegemônico, o qual normalmente é fruto das manobras do capital e está mais presente nas áreas consideradas centrais ou estratégicas da cidade. Nesse sentido, convém pontuar que a comunidade estudada se encontra fora do alcance dessas áreas de interesse do mercado e de várias gestões governamentais, pois está situada em uma área de expansão urbana do município de Belém-PA. Logo, essa comunidade é perfilada pela ausência e/ou pela deficiência de políticas públicas de lazer, assim como de inúmeros outros direitos sociais fundamentais, sendo fortemente expressa pela pobreza, violência e exclusão social.

De posse dessas importantes compreensões, a partir de então, a forma de ler e de analisar o lazer da comunidade passou a (des)considerar essa perspectiva hegemônica e a procurar por outras que estavam ali, não, precisamente, escondidas, apenas invisibilizadas por um olhar e uma concepção convencional de lazer. Desse modo, mesmo prevendo as respostas dos interlocutores, aplicou-se um roteiro de entrevista com perguntas mais gerais, com o objetivo de revelar um pouco mais sobre quais as compreensões e as experiências conduziam os entendimentos da comunidade sobre o lazer.

No que diz respeito especificamente ao lazer, quando questionados sobre o significado desse termo, muitos moradores e moradoras o associaram a cinco aspectos: 1) dinheiro – somente pode usufruir do lazer quem pode pagar por ele; 2) tempo – quem não trabalha ou não tem uma rotina muito cansativa consegue ter tempo para o lazer; 3) espaços – praças, orla, parques de diversão, cinema, shopping etc. foram apontados como sinônimos de lazer; 4) práticas opostas ao trabalho – descanso, repouso, ficar em casa sem fazer nada, viajar, jogar futebol etc.; e 5) sentimentos, sensações ou emoções – diversão (ou divertimento), alegria, felicidade, satisfação etc., conforme exemplificam os relatos.

*A palavra lazer é pra ti **poder sair, se divertir**. Ter dinheiro pra você comprar algumas coisas e passear pra lugares onde você quiser ir. [...] Uma praia bonita, mas requer dinheiro. Se você tem dinheiro, você não vai (Informação verbal – trecho da entrevista 8).*

Lazer. É, deixa eu falar. Assim. Na minha opinião, lazer quer dizer que quando você sai de uma rotina conturbada de trabalho, você vai pra outro local curtir. Digamos, férias, folgas, feriados. Você sempre escolhe um lugar aconchegante, um lugar mais leve. Ééééé onde você vai aproveitar o seu dia ou seus dias. Sem preocupação. Acredito que o lazer, a gente vai praquele lugar pra ser abster de preocupações, vai ali pra aproveitar, pra curtir o momento (Informação verbal – trecho da entrevista 13).

Lazer é você ter dinheiro pra passear, ter como se divertir. Eu gosto muito de sair, ir pra orla, parque, cinema só quando dá. Eee, assim, me divirto quando dá. Depois de trabalhar tanto, a gente precisa arrumar um tempo e também um dinheirinho pra ir numa praça, lanchar, né. Pra mim, é uma satisfação ter esses momentos (Informação verbal – trecho da entrevista 12).

É você não fazer nada, né?! Ficar só na “manha”. Descansar, relaxar um pouco, viajar. Se divertir sem esquentar a cabeça com nada. Mas tem que ter dinheiro, né. Se tu não tem dinheiro, tu não faz nada. Pra sair de casa, pra ir pra uma praça, só pra sair de casa, tu já tá gastando (Informação verbal – trecho da entrevista 9).

No geral, essas e outras narrativas, em grande parte, fazem referência à lógica do “lazer convencional”, a qual chega na Comunidade do “Mata Fome” por meio, sobretudo, da mídia, das redes sociais e das ações governamentais de algumas esferas partidárias que, por diversas vezes, tentam moldar a compreensão de mundo da população. Assim, a população acaba sendo “ensinada” por intermédio desses instrumentos de formação e de dominação sobre o que é e o que não é, o que pode ou não ser considerado lazer.

Essa noção restrita de lazer, contudo, tem sido incorporada no senso comum ainda nos primeiros anos da vida escolar. Ao abrir os livros didáticos, por vezes, as crianças de comunidades da periferia de Belém não conseguem reconhecer espaços, práticas e manifestações culturais que fazem parte de seu cotidiano. Em novelas, comerciais, desenhos e seriados, segue-se a mesma dinâmica: peças teatrais, concertos e espetáculos de balé ajudam a construir uma visão, hegemonicamente, pautada por modelos limitados de lazer e de cultura. Desse modo, o lazer é, comumente, entendido como sinônimo de esportes, de praças, de praias, de parques e de outros espaços e práticas convencionais, que seguem modelos geralmente copiados de outros países e/ou de outras regiões do Brasil, desconsiderando o contexto regional e a realidade da cultura local.

Como reflexo desses entendimentos, outra questão que chamou bastante atenção foi a utilização do verbo **sair** associado ao lazer. Como na visão de muitos não há lazer na comunidade, se tem o constante desejo de sair dela para buscar as possibilidades disseminadas na televisão e na *Internet*. Por esse motivo, aqueles, que podem e conseguem, saem da comunidade para bairros próximos ou distantes, com o objetivo de acessar praças, orlas, casas de show, *shoppings* e, esporadicamente, cinemas. Há, também, aqueles que se deslocam para as ilhas próximas, como Combu, Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba, e para os balneários em outros municípios – normalmente, por meio de passeios conhecidos como “*piqueniques*”, que serão melhor descritos mais à frente.

À vista disso, ao fazer perguntas, como: “O que você acha das práticas de lazer aqui na comunidade?”, com frequência os interlocutores mencionaram o mesmo que outros moradores haviam apontado antes: “*Não existe [prática de lazer] porque não tem um espaço, uma praça, nada que o jovem possa ocupar a sua mente*” (Informação verbal); “*Nenhuma. Nenhuma [prática de lazer], porque não tem lugar pra fazer exercício. Você só faz exercício se for de caminhada ou der conta de pagar uma academia*” (Informação verbal). Novamente, percebe-se que tais entendimentos estão associados à compreensão hegemônica do lazer convencional.

Nessa direção, quando se indagou: “O que você acha que pode melhorar o lazer aqui na comunidade?”, as respostas também não surpreenderam. Os relatos, pois, focalizaram no desejo por praças com brinquedos, como pode ser

observado a seguir: *“Se tivesse uma praça, alguma coisa pros jovens se ocupar, eles não estavam fazendo besteira”* (Informação verbal); *“Aqui na Comunidade Bom Jesus, uma praça, né, uma pracinha com brinquedos pra crianças, que não tem, que só tem no Cordeiro de Farias. E mais uma coisa, às vezes, você quer tomar um sorvete, sorveteria, né. Essas coisas não têm de lazer, seria essencial”* (Informação verbal). Outra demanda almejada pela população para “melhorar o lazer”, na comunidade, seriam as academias ao ar livre, com aparelhos para exercícios físicos: *“E também uma academia ao ar livre, que, às vezes, tu não tem dinheiro pra pagar uma academia. Então, todo mundo ia lá se exercitar”* (Informação verbal).

Portanto, ao se considerar essa construção social do que é lazer, de fato: “não há lazer” na Comunidade Bom Jesus I, nem em muitas outras periferias no Brasil. Não essas práticas de lazer que, historicamente, foram: apropriadas pelo capital e transformadas em mercadoria, veiculadas pela mídia e institucionalizadas em governos como únicas e exclusivas possibilidades de usufruir dessa dimensão da cultura. Evidentemente, essa visão particularizada é preocupante, pois ela impossibilita que a população reconheça, frequentemente, muitas de suas criações e manifestações, assim como de seus espaços como oportunos para o lazer. Nesse contexto, esses lazeres podem ser percebidos como “invisibilizados”, uma vez que são produzidos, reproduzidos e produtos da realidade cotidiana, embora nem sempre sejam reconhecidos como tais. Essas situações são também acobertadas em decorrência de seu caráter informal e de suas digressões aos processos, moralmente, aceitos e, monetariamente, incentivados (LOBATO; BAHIA, 2021).

CONCLUSÃO

Conquanto o lazer seja uma prática cultural e subjetiva, que busca o prazer e a satisfação pessoal, este não está protegido das manobras do capital. Na conformação das cidades, historicamente, é observada uma padronização na disposição das praças, dos *shoppings*, dos cinemas etc. Com efeito, em diversas cidades no mundo, incluindo Belém (PA), se constata uma concentração estratégica de espaços de lazer que tende a beneficiar, majoritariamente, os bairros e seus moradores considerados elitizados. Essa

centralização, porém, para além da demarcação físico-espacial, promove barreiras simbólicas de acesso e/ou de uso por pessoas residentes em áreas mais distantes e periféricas, seja por fatores como o custo, seja pelo espaço/tempo de deslocamento demandado para acessá-los. No mais, por vezes, esses espaços de lazer, mesmo os de natureza e uso público, são concebidos como espaços simbolicamente sacralizados.

As dificuldades em acessar esses espaços de lazer não se limitam apenas a dimensão da acessibilidade, no seu sentido mais amplo, há reverberações mais profundas e cruéis nesse processo, a exemplo da forma como o lazer, seus espaços e suas práticas passam a ser lidos pela população. Afinal, como o capital insiste em invisibilizar lazeres que não estejam a ele vinculados, por vezes, a alienação dessas pessoas contribui para que elas não percebem ou reconhecem outras formas de diversão cotidiana como lazer. As mídias sociais e o setor público têm, nesse contexto, peso significativo.

A *internet*, de um lado, tem contribuído com a disseminação difusa de ideias que, carregadas de informações que embaçam o senso crítico, são propagadas com ideologias que favorecem inúmeros discursos hegemônicos sobre o lazer. O setor público, de outro lado, mesmo nos governos mais progressistas, historicamente, se mostra também conivente com essas perspectivas tradicionais, defendendo a criação de espaços e equipamentos convencionais de lazer, os quais, além de se localizarem em bairros mais centrais, também não buscam entender o cidadão como participante desse processo: ouvindo e acatando suas demandas.

Nos dias atuais, a dinâmica desse lazer em específico tem reverberações nas vivências e/ou nas formas de fruição dessa necessidade humana. Ao realizar uma alusão à crítica de Paul Lafargue (2005), em “O Direito à Preguiça”, observa-se que alguns indivíduos – que estão na condição de oprimidos, de subalternos ou de alienados pelo capital – tendem a advogar (consciente ou inconscientemente) por um lazer que originalmente não é seu, mas que foi imposto pelo outro – o opressor, o colonizador.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, H. F. O modo de vida urbano: pensando as metrópoles a partir das obras de Georg Simmel e Louis Wirth, **Ponto Urbe**, São Paulo, v. 15, [s. n.], p. 1-15, 2014.

BAHIA, M. C. BRITO, R. D. S. O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo. *In*: STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores Associados, 2017. P. 95-110.

BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. 2012. 301 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

BARCELLOS, G. H. **Território e Territorialidades Tupiniquim**. Revista em Pauta, [S. l.], v. 6, n. 24, p. 139-163, 2009.

BEZERRA, A. L. S. Arquivo e memória oral na produção de uma etnografia retrospectiva. **Antropológicas**, Porto, v. 13, n. 1, p. 67-78, 2015.

BRUYNE, P. D.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. D. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os polos da prática metodológica**. Tradução de Ruth Joffily. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

CLIFFORD, J. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORDEIRO, G. Í.; BAPTISTA, L. V.; COSTA, A. F. (Org.). **Etnografias urbanas**. Lisboa: Celta Editora Oeiras, 2003.

DIAS, D. D. C. Cidade e natureza: as águas relendo uma Belém da belle époque (1870 aos anos iniciais de 1910). **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 8, n. 2, p. 233-253.

2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8642975>.

FERRO, L.; GONÇALVES, R. S. Etnografias urbanas: explorando as cidades contemporâneas—introdução. **Etnográfica**, Lisboa, v. 22, n. 2, p. 305-310, 2018.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOMES, C. L. Estudos do lazer e geopolítica do conhecimento. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 1-26, 2011.

LAFARGUE, P. **O direito à Preguiça**. Edição e-booksBrasil.com. RocketEdition: [S. l.], [1999], 2005.

LOBATO, F. H. S. **Matando a fome de lazer “lá no meu setor”**: práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA). 2021. 242 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

LOBATO, F. H. S.; BAHIA, M. C. O lazer da periferia de Belém (PA): para além do convencional e do invisibilizado. In: CHAVES, E.; ISAYAMA, H. F.; BAHIA, M. C. (Org.). **Os Estudos do Lazer, Ócio e Recreação na Iberoamérica**. 1. ed. São Paulo: Mercado de Letras, 2021, v. 1, p. 207-228.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, J. G. C. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. **Tempo social**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702003000100005>.

MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação [Argonautas do Pacífico Ocidental]. In: DURHAM, E. (org.). **Bronislaw Malinowski**. 1. ed. São Paulo: Ática, 1986. p. 24-48.

MALINOWSKI, B. **Um diário no sentido estrito do termo**. Tradução: Celina Cavalcante Falck. Revisão Técnica: Lygia Sigaud. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record. 2012. 333 p.

MATOS, L. D. S. **Belém em festa**: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

NASCIMENTO, André Marque do. “Se o índio for original”: a negação da coetaneidade como condição para uma indianidade autêntica. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, v. 57, n. 3, p. 1413-1442, 2018.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.

PINHEIRO, W. D. C. *et al.* Práticas de Lazer e Sociabilidade na Belém do Pará dos Anos de 1920. **LICERE – Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 82–111, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.21815>

ROCQUE, C. **Antônio Lemos e sua época**: história política do Pará. 2. ed. Belém: Editora Cejup, 1996.

SALAZAR, M. D. M. O instagramável: estética e cotidiano na cultura visual do Instagram. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 40., Curitiba, 2017. **Anais [...]**, Curitiba: INTERCOM, 2017. p. 1-15.

SANTOS, D. C. S. D. **O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas:** um estudo comparativo entre Belém e Manaus. 2010. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) – Universidade da Amazônia, Belém, 2010.

SARGES, M. D. N. **Belém:** riquezas produzindo a *Belle Époque* (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In:* VELHO, O. G (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 11-25.

STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer no Brasil:** representações e concretizações das vivências cotidianas. Campinas: Autores Associados, 2017.

VELHO, G. Observando o familiar. *In:* NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 121-131.

WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. Lazer, cultura, indústria cultural e consumo. *In:* WERNECK, C. L. G.; ISAYAMA, H. F. (org.). **Lazer e mercado**. Campinas, SP: Papyrus, 2001. p. 45-69.